

ANJ P4
INDEXADO

Maciel admite adesão a diretas

Josemar Gonçalves

O presidente do PFL, senador Marco Maciel, admite que está envolvido na pregação de eleições diretas em 88, «para sairmos da crise que está mais grave que a torre de babel, onde cada um fala uma língua, enquanto no Brasil cada um tem uma opinião». Ele também não descarta a possibilidade de um racha no PFL até a convenção, com a criação de uma nova sigla com novos adeptos, que poderia ser o Partido Liberal Socialista, fazendo oposição ao Governo e tendo Aureliano Chaves como candidato à Presidência.

Maciel continua defendendo um mandato presidencialista de cinco anos, mas no momento vê com apreensão «esse fato novo que a deterioração dos quadros políticos, sendo que uma eleição sempre é capaz de reacender as esperanças, do País, com o possível aparecimento de um novo projeto político». Mesmo pregando as diretas, o presidencialismo e pressionando o PFL para fazer oposição ao Governo, Marco Maciel não se considera unido a Leonel Brizola, «pois as divergências em outras questões políticas são grandes».

Esperança

Ele não teme que sua imagem possa ficar abalada por ter passado a oposição no final do governo Figueiredo. «Ao suspender a linha de transição, ele nos forçou a procurar isto com Tancredo Neves, enquanto que sai do governo Sarney, abandonando o posto importante de ministro do Gabinete Civil, com menos de dois anos de mandato, só para trabalhar no partido, não havendo nenhum oportunismo nisso», explica o senador.

Marco Maciel confessa que realmente não esperava que outros membros do partido, que sempre o pressionavam para o PFL deixar o Governo, não acompanhassem no episódio do fim da Aliança Democrática. Ele, entretanto, espera que isto ocorra após a promulgação da Constituinte, tendo esperanças que os ministros do partido deixem o Governo, se a convenção assim o decidir. «Recentemente acatei a vontade da maioria e espero que no futuro a reciproca seja verdadeira», comenta.

Senador começa a articular eleições

O movimento em favor de eleições presidenciais diretas em 1988 entra em fase de amplas articulações. Ontem, o senador Marco Maciel (PE), presidente do PFL, conversou com o senador José Richa (PR), da ala moderada do PMDB, na tentativa de viabilizar uma ação conjunta já na Comissão de Sistematização. Richa admitiu que ambos conversaram sobre a necessidade de «abreviar a transição», uma vez que o País passa por um momento «muito difícil». Maciel esteve também com o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA).

José Richa, um dos coordenadores do movimento parlamentarista do PMDB, disse que uma das conclusões do encontro foi quanto à necessidade de preparar «o mais rapidamente possível» o novo texto constitucional, de modo a encurtar o processo de transição política, o que ocorreria com a «antecipação das eleições presidenciais». «Concluimos — disse Richa — que há necessidade de nós, da classe política, conversarmos mais, e conversarmos sempre».

Já o senador Passarinho disse que Marco Maciel conversou com ele sobre um ponto de vista em comum: o fracionamento «inevitável» do PMDB durante o processo de elaboração da nova Constituição. Passarinho observou que esse fracionamento já começou a ocorrer, com o surgimento de militâncias como o MUP (Movimento Unidade Progressista), o que faz prever uma reorganização partidária após a promulgação da nova Carta. Apesar do surgimento de conversas que visam viabilizar um novo partido, marcadamente centrista, a partir do PFL, o senador Jarbas Passarinho acredita que não há possibilidade de se apressar qualquer negociação nesse sentido antes da promulgação da Constituição. «Não marcamos data, mas ficamos de conversar novamente», disse o senador.

Ontem, o ex-deputado Nélon Marchezan, do PDS, esteve com o líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA). Marchezan vem sendo convidado a ingressar no PFL, mas faz duas exigências: a mudança da sigla e adoção de uma postura opositora ao partido.



O senador quer esclarecimentos sobre artigo de Miguel Reale

Arinos repudia ataques e defende Constituintes

Aclamado por quase todo o plenário, o presidente da Assembleia Nacional Constituinte Afonso Arinos (PFL-RJ), exortou os constituintes, num discurso emocionado, a reagirem contra aqueles que tentam desestabilizar a elaboração da nova Constituição. Os alvos principais de Arinos eram o artigo publicado ontem num jornal do Rio, pelo jurista Miguel Reale, o qual diz que a Constituinte «virou uma grande patifaria», e o repúdio maciço do setor empresarial aos resultados obtidos até agora na Constituinte, manifestados anteontem pela UBE (União Brasileira de Empresários).



Em seu discurso, que interrompeu por alguns minutos a sessão vespertina de ontem da Comissão de Sistematização, Arinos afirmou que não queria ser precipitado e injusto e pediu que o professor Reale esclarecesse o artigo. Por admirá-lo muito, Arinos disse que se tal referência à Constituinte for verdadeira, «vai ser uma decepção muito grande para mim».

Protesto contra empresários

As críticas dos empresários aos trabalhos da Comissão de Sistematização geraram protestos de vários constituintes na sessão da manhã de ontem. Os parlamentares apelaram à Mesa que cobrasse do deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia, uma atitude rápida em resposta às críticas e à campanha que os empresários estão fazendo contra a Comissão.

No início da sessão, o deputado Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP) levantou uma questão de ordem para dizer que os empresários estão deturpando o que foi aprovado na comissão com o intuito de confundir a opinião pública. Pediu que fosse solicitado ao deputado Ulysses Guimarães que divida com os partidos políticos o programa que fará na semana que vem em cadeia nacional de televisão, com o objetivo de esclarecer à população os trabalhos da Constituinte. De acordo com Lula, se isso não ocorrer a fala de Ulysses poderá ficar sem credibilidade, «como vem acontecendo com o presidente Sarney».

Citando a manchete do **Jornal de Brasília** — «Empresário acusa constituinte de subverter ordem econômica» — o deputado Aldo Arantes (PC do B-GO) afirmou que os parlamentares não podem ficar omissos e coniventes com os ataques que a Constituinte vem sofrendo, principalmente por parte de setores empresariais.

Dólares

A reação dos constituintes cres-

O senador lembrou que todas as Constituições elaboradas após anos e anos de ditadura militar são alvo de ataques torpes. «Isso não acontece só conosco, mas em outros países» — arrematou. Dizendo-se envergonhado com a pequenez utilizada por quem atinge a Constituinte, Arinos conclamou os constituintes a mostrar toda sua representatividade diante do povo, «para a qual foram eleitos em novembro num pleito exemplar», condenando os ataques que estão sendo dirigidos à soberania da Constituinte.

Observou Arinos que se os constituintes não defenderem a democracia, quem o fará, uma vez que o País está praticamente falido? Segundo Arinos, o momento deve ser de absoluta serenidade, pois tudo aquilo que o País acumulou de mágoa e ressentimento durante os anos da ditadura está sendo agora jogado na Constituinte.

Emocionado e alterando o tom de voz, Arinos exortou os constituintes a terem serenidade diante dos ataques, mais jamais demonstrar fraqueza, fuga ou covardia. Ao final do discurso, Arinos foi aplaudido de pé pelos parlamentares, com exceção da bancada do PDS e a do seu partido, o PFL.

ceu quando o deputado Brandão Monteiro, líder do PDT, pediu uma questão de ordem para dizer que os parlamentares que fazem parte do «Centrão», tinham por dever esclarecer as denúncias de que estariam sendo financiados por empresários. Brandão citou reportagem do jornal **O Estado de S. Paulo**, segundo a qual os empresários pretendem gastar 35 milhões de dólares para fazer prevalecer suas teses quando o texto do substitutivo, que está sendo votado na Sistematização, for a plenário.

Neste momento, o líder do PFL, José Lourenço, pediu a palavra para dizer que os autores da denúncia, que tantas vezes defendem a Constituinte, não podiam fazer uma acusação daquelas, atacando diretamente a instituição. «As acusações não podem ficar no vazio, não aceitamos manobras dessa esquerda irresponsável», reagiu Lourenço.

O deputado Raimundo Bezerra (PMDB-CE) preferiu apontar suas baterias contra outro alvo. Pediu a intervenção federal contra a Autolatina, que está recorrendo à Justiça para aumentar os preços dos seus veículos. Já o deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE) viu uma conspiração fascista em andamento por trás de toda a crítica dos empresários e na atitude da Autolatina. «Ou o presidente enfrenta a Autolatina, ou o fascismo brasileiro declara guerra às instituições democráticas», disse o deputado.

ANJ defende a liberdade de expressão

O presidente da ANJ (Associação Nacional de Jornais), José Antônio do Nascimento Brito, afirmou ontem que a próxima Constituição deve estabelecer um conceito bem amplo de liberdade de imprensa. «Queremos liberdade de imprensa. O resto, se for o caso, deve ser decidido por lei ordinária», disse Nascimento Brito, em pronunciamento no 6º Congresso Brasileiro e 1º Latino-Americano de Jornais do Interior, em Gramado, Rio Grande do Sul.

Nascimento Brito ressaltou que a preocupação da ANJ não se restringe à liberdade de expressão, ao afirmar que é importante conquistar também «a liberdade empresarial». Ele pregou a união dos jornais, tanto das capitais como do interior, para combater «uma série de teses já aprovadas na Comissão de Sistematização e que atingem diretamente os jornais», e adverte aos empresários do setor sobre «a luta por uma Constituinte democrática», que não termina em 87, mas que prosseguirá ano que vem, quando serão votadas várias leis ordinárias «que poderão afetar de uma ou outra forma os jornais brasileiros».

Entre as principais teses que Nascimento Brito entende que devem ser combatidas pelos empresários estão a exigência de diploma para o exercício da profissão de jornalista, a estabilidade no emprego, a hora extra em dobro e a demissão imotivada.

O presidente da ANJ recomenda ainda que os jornais se mobilizem para tentar a aprovação, pela Constituinte, da imunidade tributária para o papel de imprensa. Ele insiste que a maior preocupação deve ser com a luta dos jornais pelo fortalecimento da empresa privada e não em garantir somente maiores verbas publicitárias governamentais.

ARQUIVO 02/10/87



Governador critica o «Centrão»

Mudança pode atrasar Carta, afirma Waldir

Barreiras (BA) — O governador da Bahia, Waldir Pires, condenou ontem, em Barreiras, no oeste do Estado, qualquer tentativa de modificação do regimento da Constituinte, a exemplo do projeto de resolução que o «Centrão» apresentará ao plenário da Assembleia na próxima terça-feira. Ele argumentou que qualquer mudança no regimento significa atrasar mais ainda os trabalhos constituintes, «que já deveriam estar em fase de conclusão».

«Temos é que preservar a Constituinte, para que ela avance no essencial, que é a consolidação da transição e o restabelecimento do processo democrático. Os constituintes devem acelerar os trabalhos, pois não podemos perder mais tempo» — afirmou Pires, lembrando que a Constituição deveria ser promulgada no próximo dia 15, se não houvesse esse atraso.

Waldir Pires e todo o seu secretariado desembarcaram na manhã de ontem em Barreiras para instalar, por dois dias, a sede do Governo na cidade. Apesar do calor intenso, ele caminhou quase dois quilômetros, do aeroporto até o centro da cidade, onde discursou de um palanque armado na praça principal.

«A Bahia nunca mais vai andar para trás. Não podemos retroagir» — afirmou, no discurso, ao anunciar o programa de desenvolvimento econômico e social do este baiano, que será totalmente executado até o final do Governo.